

DIRECTOR: RAUL REGO — **REDACTORES:** ALBERTO ARONS DE CARVALHO/ALVARO GUERRA/ALVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BELARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/GREGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOAO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FÓYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

A «DEMOCRACIA» DOS DITADORES

Forçada por representantes do Sindicato das Artes Gráficas a maioria dos trabalhadores da «Gazeta do Sul» decidiu não voltar a fazer o «Jornal do Caso República»

Forçados por representantes do Sindicato das Artes Gráficas e delegados de comissões de trabalhadores de outros jornais, os trabalhadores da Gazeta do Sul, no Montijo, decidiram por 30 votos contra 15, sem abstenções, não voltar a fazer «Jornal do Caso República». A votação ontem efectuada é reveladora do ambiente de terror que reina no País, do cerco que se aperta contra a liberdade de expressão. A «democracia» dos ditadores triunfou desta vez, mas a ditadura não há-de passar.

Enfrentando ameaças já antes efectuadas, os trabalhadores da Gazeta do Sul tomaram a sua decisão depois de lhe terem dito que se continuassem a fazer o nosso jornal corriam o risco de ver a empresa onde trabalham assaltada e destruída e de serem mesmo irradiados da classe. A represália teria sido já aventada num plenário de gráficos há dias realizado na sede do Sindicato, à Rua da Barroca e, segundo a brigada que ontem de manhã se deslocou ao Montijo, a referida ameaça poderia ser concretizada numa nova reunião a levar a efeito no próximo sábado.

A votação dos trabalhadores da Gazeta do Sul ontem efectuada foi praticamente a quarta para a elaboração de quatro números de «Jornal do Caso República» ali compostos e impressos. A realização dessas quatro votações dá bem ideia da pressão a que aqueles trabalhadores foram submetidos, da lavagem

ao cérebro a que foram sujeitos em tão curto espaço de tempo.

Com efeito, num primeiro contacto de membros da comissão de trabalhadores para saber se os gráficos aceitavam fazer o nosso jornal, 15 pronunciaram-se a favor (vontade que depois confirmaram através de assinatura) e só um contra. Numa segunda votação 35 trabalhadores votaram a favor, um contra, tendo dois absterido-se. Ao votarem pela terceira vez o resultado foi de 32 votos a favor, três contra e cinco abstenções.

**NUM "PEUGEOT" DO
"DIÁRIO DE NOTÍCIAS"?**

A brigada de gráficos que ontem ali se deslocou era constituída nomeadamente pelos srs. Madruga e Feijão, o primeiro dirigente do Sindicato das Artes Gráficas e o segundo funcionário do mesmo sindicato, com funções de assistente ou para-dirigente. A estes representantes do Sindicato, cuja direcção é dominada pelo Partido Comunista Português, juntaram-se ainda, segundo nos informaram, dois tipógrafos do «Diário de Notícias», dois do «Diário Popular» e um de «A Capital». Da brigada faziam ainda parte quatro trabalhadores da própria Gazeta do Sul, actualmente em gozo de férias.

Os delegados sindicais, acompanhados de outros trabalhadores, chegaram às oficinas da Gazeta do Sul num «Peugeot» 404 (matrícula

BM-10-40), com motorista ao que nos informaram propriedade do «Diário de Notícias». A confirmar-se esta informação é caso para perguntar: estarão os carros de um diário nacionalizado como é o caso do jornal de José Sarago ao serviço do Sindicato das Artes Gráficas? Será para isso e para a deslocação de brigadas incumbi-

das de missões terroristo-consciencializadoras que o povo português subsidia o antigo pasquim fascista de Augusto de Castro e hoje igualmente ao serviço de um partido (o P.C.P.)?

A brigada consciencializadora visou um objectivo: aterrorizar os trabalhadores da Gazeta do Sul, levá-los a não fazer mais «Jornal do

Caso República». Para o atingir não olhou a meios: mentiu, ameaçou, deturpou as situações, forçou a votação. Pretendeu fazer crer aos trabalhadores da Gazeta do Sul que o que está em causa é a luta de classes, que corriam o risco de ser saneadas do sindicato, que não po-

(Cont. na pág. 8)

JORNALISTAS EM LUTA

República

LIVRE

R. T. P. FAZ QUEIXINHAS DO M.R.P.P.

Quando os pides se amotinaram, e, cónscios das "terríveis injustiças" de que eram "vítimas", fizeram "queixinhas" ao sr. Galvão de Melo, foi a militância dos populares e a sua justa indignação que levantaram paredes contra as paredes da Penitenciária. Quanto à televisão, caladinha, tímida, recorrendo aos seus ideais de compostura, não lhes mostrou a cara enraivecida, o punho erguido, o beicinho piegas babujando indignação.

E os pides tinham sido o suporte de um regime de terror, foram o braço armado e, por vezes, a cabeça pensante desse mesmo regime, responsável pela tortura brutal e pelo assassinio puro e simples de tantos anti-fascistas portugueses. E entre esses anti-fascistas estavam, também, Saldanha Sanches e tantos outros camaradas do M.R.P.P., agrupamento contra o qual se voltou, numa recente emissão, a fúria inquisitorial da televisão.

A televisão agora politicamente segura e partidariamente coberta, encheu-se de uma acaciana indignação e resolveu fazer queixinhas sobre a "terrível revolta" dos elementos do M.R.P.P. presos em Caxias numa reportagem a vários títulos indigna: Indigna porque parcial, indigna porque demagógica e indigna porque propositadamente redundante.

Parcial, porque só foi ouvida, e exaustivamente, uma das partes;

Demagógica, porque foram usados contra os elementos do M.R.P.P. as razões que decorrem naturalmente da sua posição face à prisão que consideram injusta e prepotente (como se os tipos de solidariedade militante que nos foram mostrados — greve da fome, recusa de sair em liberdade individualmente, barricadas — não fossem comuns a todas as situações de prisão por motivos políticos, em qualquer parte do mundo);

Redundante, porque tudo o que foi dito já era conhecido da opinião pública em geral, tendo servido a reportagem, única e exclusivamente, para emprestar argumentação oficial o peso esmagador da imagem.

Fique bem claro, no entanto, que não estamos a assumir a defesa política do M.R.P.P.. Se denunciarmos mais este caso, é porque continuamos firmes na luta pela liberdade de imprensa e contra todos os processos de manipulação da opinião pública. Porque continuamos a defender o direito que os membros deste, ou de qualquer outro, partido têm a uma informação correcta e digna.

QUE JORNALISMO QUEREMOS?

Sem liberdade dos jornalistas não há liberdade de imprensa. E sem liberdade de imprensa... adeus democracia. Nós pensamos que só o socialismo estabelece a liberdade reais e que só a sociedade sem classes instaura plenamente o "reino da liberdade". Mas estamos igualmente certos de que o socialismo não se pode construir recalando a luta ideológica, impedindo a crítica do processo revolucionário, monopolizando a informação, escamoteando factos — e é muito difícil, a quem detém tal monopólio, resistir à tentação de os escamotear... Pensamos pois que a actual fase da revolução em Portugal não só admite como exige uma liberdade ampla (não confundir com as "amplas liberdades" que alguns querem somente para si). Essa liberdade ampla não se coaduna, como é óbvio, com as campanhas desencadeadas desde há algum tempo contra os jornalistas da "República" e do "Expresso", visando a sua neutralização — jornalistas que já antes do 25 de Abril se integravam no combate das forças progressistas pelo direito à informação e que não têm lições a receber dos autores dessas manobras. Não é asfixiando economicamente os jornais da província (lançando no desemprego centenas de trabalhadores), não é submetendo os profissionais da informação a tutelas estatais, sindicais, partidárias ou outras (impondo novos paternalismos a quem escreve e a quem lê), que se constrói a imprensa possível depois de Abril, a imprensa digna deste caminho em direcção à sociedade socialista.

Procuraremos tratar como sinónimas as palavras *liberdade* e *socialismo*. Uma e outra metem ainda medo a muita gente, e sobretudo as duas juntas... Não nos confundimos, porém, com nenhuma das organizações que usam esses termos nas suas palavras de ordem ou "slogans". Lamentamos imenso que grande parte dos aparelhos políticos portugueses não compreenda o si-

gnificado desta luta, que os jornalistas conduzem hoje para que amanhã o povo português não a tenha de travar em condições muito mais duras. As posições ambíguas, a indiferença, as meias tintas, a demagogia, não nos interessam. Não se trata, naturalmente, de um "western" com bons e maus, mas no fundamental o combate é claro e quem quiser compreender a situação da imprensa em Portugal dispõe já de elementos suficientes para escolher, pelo menos, entre o mau e o menos mau.

Verificamos com pesar, embora sem grande surpresa, que muitas pessoas confundem este conflito com uma questão entre dois partidos políticos e alinham de um lado ou de outro consoante a sua posição quanto a um ou outro desses partidos. A diversificação dos apoios que recebemos prova bem que a questão não é essa, que se trata antes de decidir o tipo de imprensa que se pretende e de destruir o velho tipo de mentalidade censória, dirigista, acrítica e inquisitorial. Há ainda outro equívoco. Os jornalistas da "República" estão tão pouco dispostos a receber a censura do P.C.P. como a do P.S., do M.R.P.P., da F.S.P. ou de qualquer organização. Defendemos a dignidade e a independência possível do nosso trabalho, aceitamos toda a espécie de críticas, prestamos contas aos leitores e a quem quiser. Só não aceitamos puxões de orelhas, cortes ou sentenças de oficiais do mesmo ofício ou de outros. Se a censura voltar, na mesma forma ou em versão corrigida, cá estaremos, inconformados como sempre, se necessário distribuindo folhas clandestinas como já fizemos noutros e piores tempos. Até lá, defenderemos esta conquista fundamental do povo português a partir do 25 de Abril: informação independente do poder económico e político, a única que serve o povo e o socialismo que o povo está diariamente a escolher.

NÃO SERÁ POR ISSO...

"Quando é que voltamos a ter jornal? Quando é que sai a República?" — estas as perguntas com que, ao longo de quase 30 dias de encerramento forçado do "Diário de António José de Almeida", os leitores têm "assltado" os nossos redactores encarregados da distribuição do "Jornal do Caso República". Do Porto a Vila Real de Santo António, a preocupação do povo português em obter uma informação isenta e independente tem ficado bem patente — onde buscar a voz que não seja a governamental, a oficializada?

Parece aproximar-se o dia em que é possível dar uma resposta aos 100 mil compradores do "Jornal do Caso República", aos nossos muitos milhares de leitores, aos portugueses que desejam uma informação livre — e nós cremos serem a parte maioritária dos 8 milhões de habitantes deste país.

Muito tem custado fazer chegar esta "folha de luta" às cidades, vilas e aldeias de Portugal — algumas noites "perdidas", muitos quilómetros de estrada para irmos ao encontro de gente ávida de participar neste nosso empenhamento.

Temos a firme convicção de ter valido a pena. E quando ainda alguém pretende fazer crer que o "caso República" tem na base um "conflito de trabalho, original embora", lembrem-nos as palavras de um trabalhador da pedreira, ouvidas algures no Alto Alentejo, durante uma distribuição do "Jornal do Caso República":

— Amigo, quem está com a revolução é quem a defende e não quem a quer monopolizar. Se alguém quiser fazer uma revolução passando por cima da liberdade, está a ultrajar-nos a todos nós. Não foi para isso que o 25 de Abril se fez.

Não foi para isso que a "República" lutou, isolada, durante 64 anos — acrescentamos nós. Não será por isso que a "República" lutará.

J. M.

'REPÚBLICA' FOI SEMPRE UMA VOZ CONTRA AS MANIPULAÇÕES

Continuamos a receber, vindas dos mais diferentes pontos do País, inúmeras mensagens de solidariedade e de apoio à nossa luta. Registamos hoje nestas colunas mais as seguintes:

"Apoio liberdade de Imprensa em Portugal, saudações Raúl Régio. a) Natália Nunes, escritora".

"23 trabalhadores da filial do Porto do Bank of London And South America Limited enviam a sua contribuição unitária e declaram que querem participar na luta pela liberdade de Expressão em Portugal, e querem continuar a ter o direito de ler o "República" que os fascistas, verdes e vermelhos, jamais conseguirão calar".

"República foi sempre, desde a

sua fundação, o porta-voz contra as manipulações. Agora, uma minoria oportunista e orquestrada contra a lei, quer impôr uma ditadura informativa no país, que já efectivou nos principais jornais em circulação. Tentam agora abafar a voz da verdade. Como velho accionista (com o que me congratulo imenso) repudio todos os ataques feitos na tentativa de usurpação dos poderes directivos e em especial do director Raúl Régio e corpo redactorial, parte do qual vítima das torturas da extinta PIDE. Raúl Régio, nunca desarme, como sempre aconteceu aos seus antecessores na luta da "República", agora infamemente ultrajada por uma minoria vingativa, que pensa alcançar o poder através de golpes baixos. Continue na senda do verdadeiro socialismo. Meu pai, Artur de Oliveira

Santos, se fosse vivo, coraria de vergonha perante algumas pessoas que se dizem defensoras da liberdade, mas querem impôr uma ditadura que o país provou estrondosamente não desejar. a) Henrique de Oliveira Santos".

"Não se destina esta carta a ser uma longa análise do que é a Imprensa hoje, no nosso país, pretendo que esta carta seja apenas um abraço onde se manifeste toda a minha solidariedade com a vossa corajosa e patriótica luta na defesa da liberdade de Expressão. Se todos nos unimos e formarmos uma barreira sólida, os chacais não voltarão. Por isso aqui estou. Sabe sempre bem saber-se apoiado por milhares e milhares de pessoas que nos fazem sentir que a nossa luta não é solitária. Viva a justa luta dos redactores da República Viva a República de Raúl Régio. a) Alberto Reis".

"40 trabalhadores do Banco Fonseca e Burnay da Rua Rodrigo da Fonseca em Lisboa, leitores da República, solidarizaram-se com o grande lutador antifascista Raúl Régio e com o Conselho de Redacção na sua justa luta em prol da Liberdade de Imprensa".

"18 trabalhadores dos CTT do posto de Vila Real de Trás-os-Montes, leitores habituais da República, estão solidários na luta travada contra os ditadores da Informação e manifestam a sua esperança em ver ressurgir brevemente o jornal que muito apreciavam pela verdade que nos transmite e que outros, quase todos, nos escondem".

"É-me impossível calar a profunda indignação pela selagem do nosso querido jornal República. Não posso olvidar ter sempre lido a República aquando das campanhas eleitorais. Faço votos para que a República volte, com o seu brilho e honradez, alertando todo o Portugal de hoje de que não poderemos voltar a viver sob uma segunda ditadura (a) António Wall-rath Mantas".

"Alguns funcionários civis e policiais do Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública, pela continuidade de uma Imprensa livre. Viva a República".

"É com a maior revolta, dor e vergonha que vejo este meu Portugal de novo a ser amordaçado, violentado e ultrajado, por mais um infame e infamante jugo que pouco a pouco, e cada vez mais, se vai desenhando, qual fantasma aos olhos atónitos, incrédulos e quase impotentes de nós todos — aqueles que ainda acreditam ser possível instaurar neste mundo imundo todos os verdadeiros, mais nobres e mais elevados valores do Homem — a Liberdade, a Dignidade, a Tolerância, a Justiça e a Igualdade para todos. E em

suma — a Paz. As forças da desunião, da corrupção e do ódio tentam agora lançar-nos de novo para as trevas da ignorância, da subserviência, da desunião e do còro execrável dos que rezam a sórdida cartilha do oportunismo — tenha ele a forma ou o conteúdo que tiver! Para vós, o meu mais indefectível, intransigente e caloroso apoio. E bem hajam por todo o bem que desde sempre tendes prestado à nobre causa da independência informativa neste país — com a vossa dignidade fria e sóbria, a vossa honestidade, e a vossa coragem e intransigência, ante tudo que seja contrário à verdadeira Liberdade do Homem! Que essa é só uma e tem um só nome! a) Sérgio Teixeira Pinto Gonçalves".

"Como leitor assíduo expresso-vos a minha solidariedade e apoio, na luta pela liberdade da República. a) Jean Bonillon".

"Pelos jornalistas livres, apoiando vivamente o fogo sagrado da vossa perseverança. a) Alguém que está convosco".

"Um grupo de trabalhadores do Banco Borges e Irmão do Porto envia cordiais saudações a todos quantos trabalham nesse jornal e manifestam a maior admiração e respeito pela vossa luta na defesa das liberdades de Informação. Portugal só será um país livre se os fanáticos ditadores forem reduzidos à sua pequenez minoritária e o Povo Português sentir, desse modo, concretizando a sua vontade. A vitória será dos homens sem medo que, através da verdade, da honestidade de processos, na coerência dos seus ideais e das suas atitudes se propuseram alertar o nosso país para as violações a que todos temos sido sujeitos pelos falsos amigos do Povo".

"Apoiamos a vossa luta! Para a frente! a) José e Maria".

"É preciso que a República não perca a sua verticalidade de luta. Queremos uma Imprensa livre que se pague a si própria. Não queremos uma Imprensa manipulada a viver de balões de oxigénio de subsídios oficiais. Aceito a participação crítica dos gráficos mas nunca uma censura interna. Espero que o "caso República" chegue depressa a bom termo. a) Germano Mamede Cleto".

"Álvaro Guerra: Há muitos anos que admirei as suas qualidades de escritor, principalmente a sua grande capacidade de análise e o extraordinário poder de síntese. É de lamentar que os "neo-informadores" da Imprensa, Rádio e TV, que não se cansam de falar nos 48 anos da "noite fascista", não tenham pejo de nos mergulhar na maior escuridão. Felicitoo, e a todos os companheiros de trabalho, pela luta que mais uma vez têm que travar. a) Augusto Tamagnini".

"295 trabalhadores da Standard Eléctrica de Cascais, em perfeita adesão à justa luta em defesa da liberdade de Imprensa, em apoio à Direcção e Redacção da República e ao exemplo vivo de uma vida dedicada ao longo dos anos à luta anti-fascista simbolizada pelo seu director Raúl Régio, invocam o cumprimento da lei para que uma voz livre da Informação não continue mais amordaçada, a voz que, ao longo dos anos, nunca se vinculou a nada nem a ninguém que não fosse a defesa do povo subjogado por uma ditadura de 48 anos, luta que lhe causou ferozes ataques. Como será possível o que está a acontecer depois do 25 de Abril à "República"?"

Camaradas, não será necessário animar-vos para a vossa justa luta, pois a vossa firmeza, a vossa verticalidade do homens livres foi sobejamente demonstrada. Vós estais a lutar pela conservação da liberdade do povo trabalhador deste novo país. E nós estamos convosco, firmes pela Liberdade."

"Sou dos que ainda assistiu, infelizmente, ao célebre movimento de 28 de Maio de 1926, tinha então 12 anos de idade, pois já conto no meu activo 61 anos, 46 dos quais, portanto, vividos sob a grande noite fascista e contrariamente aos ensinamentos dos bancos da Escola. Assim, não podia ficar por qualquer forma impávido e sereno perante as calúnias e prepotências de que o nosso jornal tem sido alvo.

Afinal de contas onde estão as liberdades tão apregoadas por alguns partidos que tanto falam em democracia e que têm primado pela sua escalada ditatorial, querendo amafanhar-nos nas nossas consciências e aqueles princípios tão democraticamente ensinados e colhidos nos bancos da Escola? Será que a Democracia mudou de nome nos últimos tempos? Será que os 46 anos que vegetei "amparado" por um regime que não conseguiu alienar os pensamentos colhidos na idade escolar, está na forja para novos cometimentos, mas desta vez com "pezinhos de lã" e "capa de santo"?"

Em face do que presentemente se passa e em que está em jogo a liberdade de todos nós, não quereria viver o resto dos meus dias sob o mesmo sobressalto em que vivi durante os longos 46 anos e por isso daqui clamo alto e bom som: NÃO! NÃO! e NÃO! Isto está longe de ser um país livre! A liberdade de Imprensa, constitui um dos direitos do Homem!

Só peço que a luz reacendida em nós no dia 25 de Abril de 1974, não se torne a dissipar e que liberdade tão apregoada por alguns, não seja uma palavra vã. Se os tais têm um conceito de liberdade muito sua, então que a guardem bem guardada para si, porque eu, quero ser um homem livre! Livre, tão livre, que possa ficar livre daqueles que querem tolar a minha liberdade! a) Rafael Marcelino Sousa".

E OS JORNAIS DO POVO ?

E os jornais do povo? Quando é que os gráficos dos jornais nacionalizados, dos jornais pagos pelo povo português, levantam a voz e a mão (essa mão que se diz estar farta de executar...) e, confirmando que não estão a conduzir uma luta partidária mas, antes, uma luta de classes, procuram retirar os jornais da órbita do P.C.P. e entregá-los à voz e à mão de todos os trabalhadores deste país? Quando, camaradas?

Assim, não. Enquanto o jornal que defende o socialismo em liberdade, o único alvo das vossas manobras, continuaremos a acreditar que a mola que vos move, se chama simplesmente Partido Comunista Português. Enquanto os gráficos de outros partidos e de outras simpatias políticas não se comprometeram abertamente nesta vossa conquista da Informação nós continuaremos a acreditar que a força que vos empurra e vos manobra, se chama simplesmente Partido Comunista Português.

Vocês, camaradas, vocês que se mostram tão acerrimadamente defensores do direito dos gráficos intervir na orientação de um jornal — que pensam vocês desse direito de intervenção no "Diário de Notícias", no "Século" ou no "Diário de Lisboa"? Se nos respondem que aí vai tudo bem, então só podemos chegar a uma conclusão: vocês e eles estão do mesmo lado, fizeram a mesma opção, escolheram uma nova forma de ditadura, de censura, de totalitarismo. Mas se nos respondem que não, que esses jornais estão efectivamente ao serviço do P.C.P. e que vocês pretendem colocá-los concretamente ao serviço do povo português, daquilo que o

povo português manifestamente quer e não daquilo que outros, demagogicamente, dizem querer para ele sem sequer ouvi-lo — então, camaradas, teremos de perguntar-vos onde está a vossa coerência de homens e a verdade da vossa luta.

O povo português — e tem todo o direito de fazê-lo — por que estão vocês empenhados em calar a única voz livre desse país, a única voz portuguesa que o mundo se habituou a conhecer e a respeitar. O povo português não acredita, como nós não acreditamos e como muitos dos vossos companheiros de aventura também já não acreditam, que o caso "República" seja um mero problema de classe. Que classes? Se vocês, gráficos, até ganham mais do que os redactores e muito mais do que os repórteres...

Vocês recusaram o jornal que o Conselho da Revolução vos ofereceu. Porquê? Poderiam ter conduzido, aí, uma experiência-piloto do maior interesse para a causa que vocês dizem defender. Recusaram, no entanto. E nós entendemos que essa recusa significa apenas uma coisa: a determinação de silenciar a "República", o objectivo de dominar a voz socialista da Imprensa diária portuguesa, o cumprir das ordens dos vossos controladores exigindo calar o jornal que acolhia a chamada extrema-esquerda e se recusava — e recusa — a bajular seja quem for, a obedecer cegamente a qualquer poder constituído, a abdicar do seu direito de comentário e de crítica.

Onde está, camaradas, a vossa coerência de homens e a verdade da vossa luta?

RESPOSTA A DOZE APÓSTOLOS DA VERDADE ÚNICA

Doze diligentes jornalistas, que já trabalharam na "República", atacaram os seus ex-camaradas com argumentos de pólvora seca, divulgados abundantemente na Imprensa, Rádio e Televisão. A resposta, já distribuída pela Imprensa com pedido de publicação ao abrigo da respectiva Lei é a que facultamos aos nossos leitores. Ei-la:

Os doze subscritores do comunicado divulgado em 9/6/75, ex-redactores da "República", exprimem, entre outras preocupações, os cuidados relativos ao "partidarismo" do jornal, facto que os teria levado a apresentar a sua demissão. Regista-se a propósito que todos eles saíram para "O Século", "Diário de Notícias" e "Diário de Lisboa", jornais que se caracterizam por partidarismo pró-PCP, o que não parece preocupar nada os doze "ex". Aliás, os abaixo-assinados nada têm a opor às opções partidárias de cada um e acham correcto que os seus ex-camaradas de redacção se tenham mudado para jornais de tendência partidária mais de acordo com as suas convicções. O que não enxergam é a razão pela qual os seus doze ex-camaradas se comportam de maneira diferente.

Querem também os abaixo-assinados lembrar — já que o mesmo pecado é atribuído a alguns de nós — que pelo menos três autores do documento em questão não eram redactores da "República" antes do 25 de Abril.

Além disso, Miguel Serrano, F. Assis Pacheco e Afonso Praça — respectivamente, ex-chefe de redacção e ex-subchefes de redacção da "República" — foram nomeados para os seus cargos após o 25 de Abril, o que prova claramente a boa-fé dos socialistas que, pelos autores do comunicado, são apresentados como dominadores e tirânicos.

Aliás, quando hoje se pretende insinuar que "República" se transformou, depois do 25 de Abril, num órgão reaccionário e dissociado do processo revolucionário, esquece-se que no nosso jornal, muito antes do 28 de Setembro, se publicaram as críticas mais firmes e enérgicas à política seguida pelo general Spínola. Tentativas para introduzir limitações às liberdades públicas, hesitações no processo de descolonização, manobras tendentes a marginalizar as forças de esquerda, foram firmemente denunciadas nas nossas colunas. E foram-nos pelos redactores socialistas ou independentes, que não pelos seus "compagnons de route" do PCP sempre confinados à mediocridade da sua vocação para o jornalismo de serviço — monótono, conservador e pró-soviético.

A orientação supra-partidária da "República" foi, então, claramente demonstrada pela abertura a todas as correntes políticas de esquerda — incluindo a extrema-esquerda revolucionária que a imprensa pró-PCP sistematicamente procurava marginalizar. Aliás, as primeiras críticas feitas por alguns dos signatários do documento que nos ocupa à orientação do jornal referiam-se à inclusão de entrevis-

tas com dirigentes políticos da extrema-esquerda.

A prova de que estivémos na vanguarda da luta revolucionária pela liberdade de Imprensa reside no próprio facto de termos sido o primeiro órgão de informação vitimado pelas medidas repressivas da "comissão ad hoc" que o general Spínola criou para controlar os jornais, porque fomos os únicos que (por iniciativa de socialistas e sob a responsabilidade da direcção do jornal) tiveram a coragem de publicar a convocatória de uma manifestação organizada pelo MES para exigir a libertação dos militares Anjos e Marvão que se encontravam detidos por terem recusado reprimir a greve dos CTT.

Quanto a partidarismo, há a referir, ainda, a energia com que estes nossos ex-camaradas tentaram dominar o jornal, após o 25 de Abril, procurando introduzir métodos censórios e marginalizar os socialistas. Caso particularmente notório e conhecido da opinião pública foi a tentativa de obstar à publicação de um artigo de colaboração da autoria do dirigente socialista António Reis, intitulado "Quinze reflexões sobre o MDP/CDE". Numa moção proposta por alguns dos doze que agora nos atacam (e tornada pública na edição da "República" de 31/10/74) afirma-se a dada altura, justificando a referida medida censória, que a matéria contida nesse texto seria "insidiosa e com objectivos propósitos de levar o Povo Português à confusão política, assim prejudicando a Nação no próximo acto eleitoral". Recordase, ainda, que, em reunião efectuada por essa ocasião, um dos signatários do "documento dos doze" disse textualmente que "a censura à aceitável, desde que seja posta ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras".

Como partem do princípio de que os únicos intérpretes fiéis dos interesses dos trabalhadores são, por definição, eles próprios, não restam dúvidas de que os censurados seríamos sempre nós próprios!

Entre os signatários deste comunicado encontram-se muitos jornalistas que trabalhavam na "República" antes do 25 de Abril, acontecendo até que alguns deles tiveram acção decisiva na admissão no jornal de signatários do documento a que agora estão a responder.

Recordase, igualmente, que apenas 5 daqueles que agora nos contestam trabalhavam na "República" antes da remodelação de fins de 1971.

A afirmação de que a redacção da "República" não é actualmente a mesma que era antes do 25 de Abril pode induzir em erro o leitor — habituado que está a ver a vida política bipolarizada em "revolucionários" e "reaccionários" — e levá-lo a pensar que algumas alterações nos quadros redactoriais foram determinados por súbita mudança no rumo da "República". Ora isto não é verdade. E nenhum dos jornalistas da "República" foi obrigado a sair, os que saíram fizeram-no de livre vontade.

Os ex-redactores da "República" utilizam um argumento falacioso ao invocarem "protestos crescentes de muitos leitores", relativamente ao "partidarismo" do jornal. Na realidade, eram mais numerosos os apoios expressos à direcção, acontecendo até que, em determinado período, se registaram fortes protestos por o jornal infligir com frequência para uma tendência pró-PCP.

Ainda quanto às admissões de redactores, que os nossos ex-camaradas dizem ter sido exclusivamente de "elementos afectos ao PS", súblinhamos que, neste momento, apenas metade dos redactores são do PS, sendo os restantes independentes ou afectos a outros partidos.

Parce-nos grave, por outro lado, que os nossos doze ex-camaradas refiram a existência nas páginas do jornal de "campanhas anti-PCP, anti-MDP/CDE, anti-Inter-sindical, anti-MFA, anti-Vasco Gonçalves, etc.". Consideramos gravíssima esta denúncia, na medida em que ela espelha a abdicação de qualquer espírito crítico da parte dos nossos ex-camaradas que tomam análises críticas (que em muitos casos não pouparam o PS) por "campanha anti". Que dizer, então, da afirmação de um gráfico da "República", em reunião no seu Sindicato, de que "a Lei de Imprensa é efectivamente reaccionária", uma semana depois de Vasco Gonçalves ter afirmado ao País que ela era a mais perfeita e livre da Europa?

É também verdadeiramente lamentável que os camaradas que trocaram a "República" pelo "Diário de Lisboa", pelo "Diário de Notícias" ou pelo "O Século", nos venham falar de "manipulação da informação". Este facto é, aliás, revelador da "imparcialidade" dos ex-redactores da "República".

Quanto ao "afastamento de Raúl Rego da direcção do jornal" ela verificou-se de facto enquanto ele foi ministro da Comunicação Social...

Afirmam os nossos ex-camaradas que "não os move qualquer intuito de agravar a crise aberta". Apraz-nos registar que tal intenção coincide com a nossa.

No entanto, confessamos não entender porque razão os doze só agora se manifestaram. Achamos muito mal que não tenham tomado posição quando o conflito eclodiu e que só o façam quando já se verificou uma decisão oficial, de tal modo que mais parecem estar a esclarecer à posteriori o Conselho da Revolução do que a fanfistarem-se contra os seus ex-camaradas da redacção da "República".

Muitos dos signatários deste documento trabalharam nas mesmas "condições inaceitáveis" a que se referem os doze ex-redactores da "República" na qual "apostaram" tudo. Não têm, portanto que nos dar lições de sacrifícios e muito menos de riscos. Somos nós que temos de nos lembrar que continuamos coerentemente a defender a liberdade de expressão e o direito à informação que não mereceram uma

palavra aos doze apóstolos da verdade única.

Não podem os signatários deixar de repudiarem a provocatória afirmação dos ex-redactores da "República" de que "o jornal de onde saíram pouco mais tinha de comum com aquele para onde entraram do que o título".

Estas palavras, na boca de alguns dos subscritores do documento a que estamos a responder,

assumem significado grotesco, e representam uma ofensa a quantos se bateram com firmeza e valentia contra a besta fascista que nos oprimia a todos e que, mais uma vez, se comprometem a lutar contra qualquer fascismo que queira renascer.

Por tudo isto, assinam este documento.

Lisboa, 10 de Junho de 1975

REQUIEM PELA «SEARA NOVA»

A "Seara Nova", durante décadas uma das mais pretiosas revistas de luta antifascista, aberta a diversas correntes do pensamento socialista, foi mais uma das vítimas da campanha que procura colocar os meios de informação ao serviço de um único partido. Antigos colaboradores da "Seara", entre os quais Manuel Rodrigues Lapa, ex-director, e Vasco Martins, ex-director adjunto, difundiram um documento em que se denuncia a operação levada a cabo pelos "novos czares", bem elucidativa — basta ler os dois últimos números da pseudo-"Seara Nova" — do "partidarismo" que esses senhores afirmam defender noutros locais. Eis algumas passagens do documento:

A "Seara Nova" foi durante mais de 50 anos, e através dos maiores sacrifícios, o penho da democracia e da liberdade neste País. Colaboraram nela homens diferentes como Raul Proença, Jaime Cortesão, António Sérgio, Emílio Costa, Bento Caração e outros, todos convergentes numa só aspiração: fazerem de Portugal um País decente e livre através da "moralidade de consciência", na definição lapidária do resíduo à aurora socialista portuguesa, dizendo que "o socialismo só seria uma esplêndida realidade quando fosse um passo mais no caminho da evolução moral das sociedades". É essa mesma corrente de socialismo ético que procura hoje restituir o marxismo à sua pureza original, desvirtuada por

autocratas e oportunistas".

E prossegue-se: "Em Janeiro de 1974, um grupo de elementos da "Seara Nova", filiados ou simpatizantes do PCP, conseguiram comprar um volumoso lote de acções da Empresa. Com esta operação, o referido grupo obteve o que de há muito almejava: conquistar posição preponderante na empresa e na revista. Depois do 25 de Abril — e numa altura em que "searheiros" de longa data procuravam reconstituir uma redacção não partidária, que devia agrupar elementos dos diversos sectores de esquerda — novo golpe surgiu, através de um aumento de capital preparado para garantir o absoluto domínio do grupo PC-MDP. Assim, a "Seara Nova", órgão pretígio da democracia socialista, passou a ser uma simples agência do Partido Comunista Português. Foi o primeiro grande assalto aos Órgãos da Informação.

Para já, urge definir responsabilidades. Convm dizer publicamente que a revista, como está, só abusivamente se pode intitular "Seara Nova", que a linguagem que usa na discussão de "ideias", pelo seu sectarismo, pela virulência pessoal e política, só tem paralelo com a dos prosélitos do miguelismo e do fascismo; e que é um insulto intolerável à memória dos democratas que a fundaram e àqueles que até há pouco nela colaboraram, a existência de tal publicação, posta ao serviço de um servilismo partidário."

UM COMENTÁRIO A DECLARAÇÕES DO DIRECTOR DA INFORMAÇÃO

Em entrevista concedida à televisão, a propósito do caso "República", o director-geral da Informação defendeu-se dos ataques que disse serem feitos ao Ministério da Comunicação Social, com acusações de partidarismo político. Afirmou que tais acusações eram particularizadas relativamente à agência ANI, actualmente sob o controle daquele Ministério, e, alargando a defesa a este organismo, apresentou a estatística da origem do serviço da agência, como prova de que é falso o alegado domínio da ANI por certa facção política. Segundo o director-geral da Informação, a ANI distribuía, no mês anterior às suas declarações, qualquer coisa como seis mil telegramas originários de agências noticiosas de países capitalistas, enquanto que, das agências de países comunistas, aproveitou apenas um número da ordem das centenas.

Deveria saber o director-geral da Informação que a Informação não se pesa, não se mede, nem se conta em simples valores numéricos. Deveria saber também que nada é mais enganoso do que a estatística, quando se mete no mesmo saco coisas completamente diferentes.

Para além destas dissidências evidentes, as afirmações do sr. director-geral da Informação, feitas já há semanas, tiveram outros aspectos pouco esclarecedores, para exacto julgamento dos quais tivemos de fazer uma análise da Imprensa Portu-

guesa fornecida pela ANI e da Imprensa estrangeira servida pelas mesmas agências que fornecem noticiário à ANI. Essa tarefa foi o principal motivo do atasco com que se divulga este comentário.

O resultado dessa análise confirmou, como poderá confirmar a quem a queira fazer, o juízo que nós e a maioria dos leitores portugueses tínhamos já formado, por observação do quotidiano, sobre o processo de actuação de uma agência que, paga por todos nós, não pode servir apenas os interesses de alguns.

Verifica-se que as seis mil notícias das agências capitalistas, distribuídas pela ANI, vão desde a erupção de vulcões em ilhas remotas, naufrágios e descarrilamentos, acerca dos quais seria difícil exploração ideológica, até informações desportivas, ao que fazem e não fazem pessoas mais ou menos conhecidas do mundo do espectáculo, passando evidentemente pelos factos salientes da vida de países de diferentes latitudes e variadas cores, e da evolução nas frentes diplomáticas e nos campos de confrontação dos grandes interesses mundiais.

As centenas de programas oriundos dos países comunistas têm um carácter bem diferentes. Na sua maioria reproduzem análises à situação portuguesa na perspectiva de políticos e jornais inevitavelmente afectos aos governos e aos partidos comunistas desses países. Inevi-

tavelmente também, essas análises caracterizam-se pelos elogios ao P.C.P. e pelos ataques a outras forças políticas também envolvidas no processo revolucionário português. Há também frequentes peças de propaganda aos regimes locais, o que de modo nenhum surpreende quem tenha a mínima noção das características da informação estatal nesses países.

Não queremos afirmar que as agências dos países capitalistas estejam limpas dos bocados da propaganda e da distorção da verdade. Mas, comparando-se o que diz a Imprensa estrangeira acerca do P.C.P., citando fontes que a ANI normalmente utiliza, com o que esta divulga nota-se o absoluto zelo da agência portuguesa em não utilizar tal tipo de informação.

Estamos certos de que os senhores da ANI, nem mesmo quando falam sozinhos, se atrevem a chamar censura ao que fazem. Chamam-lhe provavelmente "selecção revolucionária". Para os senhores da ANI, é revolucionária a divulgação de elogios ao P.C.P. e de ataques a outros partidos democráticos com muito maior implanatção popular. E é revolucionário silenciar os ataques internacionais aos processos do P.C.P.. Para os senhores da ANI, revolucionário é só o P.C.P.. Logo, ou não são revolucionários ou são comunistas. Que o sejam. Achamos bem. Só não admitimos que ponham uma agência nacional ao serviço do seu partido.

A VITÓRIA DA «REPÚBLICA» SERÁ A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO

A decisão do Conselho de Revolução ao determinar a abertura da "República" como integral cumprimento da Lei de Imprensa tem de ser saudada como uma afirmação de uma política consciente de respeito pela legalidade revolucionária e como um primeiro passo no sentido de assegurar uma imprensa livre e pluralista, aberta a todas as forças empenhadas na construção de uma sociedade socialista em Portugal.

No dia em que "República" se voltar a publicar com os nomes de Raul Rego e Vitor Direito no seu cabeçalho ter-se-á registado uma importantíssima vitória daqueles que se batem pela liberdade e pelo socialismo e também uma importantíssima vitória do Conselho da Revolução que terá afirmado a sua capacidade de fazer respeitar a legalidade democrática e de resistir à chantagem pseudo-revolucionária de que foi alvo.

Para todos os que trabalham na imprensa ou, de uma maneira mais geral, nos órgãos de informação a reabertura da "República" significa também uma garantia de que poderão aqui por diante fazer valer os seus pontos de vista e de que é possível resistir aos autores da política do facto consumado.

Para o público que se mobilizou em torno da compra e da leitura do nosso "Jornal do Caso República", a certeza que valeu a pena e que volta a ter a possibilidade de ler um jornal que sabem ser o melhor apoio a quantos estão apostados em construir uma nova sociedade em Portugal.

Porque uma sociedade nova constrói-se através da criação de novos hábitos e entre estes hábitos tem de figurar o do diálogo em vez do monólogo e o do confronto de ideais em vez da aceitação das ideias pré-fabricadas, sabemos a importância de que se reveste a reabertura da "República."

A "República" será agora e ainda mais do que já o era a voz aberta que a imprensa portuguesa necessita e, mais que a imprensa, o público e a revolução portuguesa que se arrisca a ver-se prejudicada pelo monolitismo dos órgãos de informação para quem ser revolucionário é, ao que parece, praticar uma política de mentiras ou de meias verdades.

Sabemos a importância de uma informação livre no actual processo português e temos a certeza que a nossa via original só pode surgir através do debate franco dos modelos de sociedade para que apontam as diferentes forças políticas. Sabemos, também, que só se poderão encontrar as soluções necessárias para os grandes problemas nacionais quando eles puderem ser estudados nas suas implicações mais fundas e não através dos chavões pseudo-revolucionários.

Nesta luta quotidiana que tem de passar a ser a nossa actividade de jornalistas e de cidadãos, o jornal que faremos em cada dia é uma questão fundamental para nós e, como se viu, para muitos e muitos milhares de portugueses. Por nós não trairamos nesta luta e estamos certos que assim serviremos o povo português.

A nossa esperança, nesta hora, é que possamos cumprir com aquilo que desejamos e que nos deixem o espaço necessário para sermos aquilo que queremos ser e que é aquilo que, afinal, sempre fomos. Tudo o resto será traír o povo deste país.

SOCIAL-DEMOCRACIA OU MÁ MEMÓRIA?

"O direito à informação é um direito do indivíduo e um dado da democracia" (...) "Um outro factor da liberdade da informação será a garantia do pluralismo de expressão das ideias, das opiniões, das convicções, a abolição da censura, o livre acesso à informação e o livre uso dos meios de informação".

O que é este texto? Uma passagem do Programa Comum de Governo assinado em 1973 pelo Movimento dos Radicais de Esquerda, o Partido Socialista e... o Partido Comunista Francês !! E no entanto, o P.C.F. censura aos P.S. francês e portugueses não porém os seus comportamentos de acordo com as suas palavras. A sua tomada de posição no caso "República" mostra que ele não está ao abrigo das suas próprias censuras, ou que ele tem, talvez, uma má memória.

JEAN LUC MASQUELIER

donativos

É cada vez mais vultoso o número de donativos chegados à nossa Redacção. São eles expressão da solidariedade do Povo português, dos nossos leitores, que assim nos querem confirmar que estão a nosso lado, a participar na nossa luta pela liberdade de expressão.

A eles, a todos os nossos amigos, um muito obrigado. A nossa luta não terminou, temos disso consciência. Vai prosseguir, numa etapa diferente e que não se nos afigura menos difícil. O nosso apoio vai ser, nessa nova etapa,

mais do que nunca necessário, para levarmos a bom termo a luta em que estamos todos empenhados.

A lista dos donativos é a seguinte:

António Taborda Pereira Mateus, 100 esc.; Edgar Ferreira, 722 esc.; Júlio Silva, 300 esc.; Mário Duarte Simões, 500 esc.; Manuela Rodrigues, 100 esc.; Rosália Miranda, 100 esc.; José Pereira Cruz, 280 esc.; António Ferrão Silva, 200 esc.; Maria Joaquina Nobre Júlio, 200 esc.; António Ezequiel Sabino, 100

esc.; Grupo de Trabalhadores da Companhia Portuguesa de Electricidade, 3.170 esc.; J.B.N., 100 esc.; José Joaquim Loureiro, 500 esc.; Adelberto Ramalho, 150 esc.; Nuno Álvaro Gil Miranda, 20 esc.; José Emilio T. Freire, 80 esc.; 17 Trabalhadores (que lutam dia a dia pelo pão de amanhã e pela verdade do nosso País), 620\$00.

Recebemos ainda, enviados por anónimos, 40 esc.; 15 esc.; 100\$00, 40\$00 e duas dadas de 15\$00.

Jornalistas do "Diário de Lisboa" acusam: estatuto editorial é perfeito exemplo de dirigismo e de demagogia de expressão

Segundo a Informação no. 34 do Sindicato dos Jornalistas, difundida pela respectiva direcção, no dia 9 de Junho corrente, um grupo de jornalistas do "Diário de Lisboa" enviou à mesa da Assembleia Geral Extraordinária, na sessão do dia 6, o texto que a seguir publicamos, dispensando, por inútil, qualquer comentário:

"Jornalistas do "Diário de Lisboa", que conhecem por dentro os métodos de trabalho da casa e se habituaram, ao longo dos anos, a comparar as proclamações ideológicas com a prática dos dirigentes políticos do jornal, julgam conveniente voltar a chamar hoje a atenção dos leitores para o documento publicado na 1.ª página de 5 de Junho, sob o título do "Estatuto Editorial": fazem-no invocando o seu direito à expressão do que pensam e o direito dos leitores a poderem avaliar o estatuto do que lêem.

O "Estatuto Editorial" que o "Diário de Lisboa" exibiu, obedecendo

formalmente à Lei de Imprensa, é, no nosso entender, o mais perfeito e oportuno exemplo do "dirigismo" e da "demagogia de expressão" que o próprio documento considera "formas coercivas e manipuladoras da opinião".

Se outros argumentos não houvesse, as evidentes ambiguidades e armadilhas do texto obrigam-nos já a um esclarecimento ditado pela verdade da nossa profissão de jornalistas: a verdade e a clareza que procuramos, e nem sempre nos deixam atingir, no contacto com os leitores.

Nas primeiras manipulações terá caído logo a Comissão de Delegados dos Trabalhadores, que deu o seu aval a um texto, aparentemente aceitável, redigido numa linguagem tão "revolucionária" que perante ela toda a oposição ou reserva pareceriam reacções. E o medo voltou a reinar aqui.

O "Diário de Lisboa" é hoje, com toda a evidência ou apesar

dela, um jornal não-democrático, dependente e partidário, que se faz passar por democrático, independente e apertado: as razões do disfarce, a que nem o Regime nem nenhuma lei o obriga, são políticas e comerciais. E com disfarces não pactuam os abaixo-assinados.

O "Estatuto Editorial" não é uma mera formalidade exigida na lei: é o padrão que nos fará trabalhar ou deixar de trabalhar desta ou daquela maneira. Se os dirigentes do jornal aplicassem a democracia que apregoam, o Estatuto deveria ter sido apresentado e discutido em assembleia geral de empresa ou em plenário da Redacção, onde persiste e resiste à marginalização uma minoria de trabalhadores em que se incluem, entre outros, os que assinam este esclarecimento.

O Estatuto foi publicado, cumprindo a legalidade formal mas à revelia de arte dos interessados, 24 horas antes de uma reunião geral de Redacção em que certamente viria a ser contestado, talvez sem qualquer êxito.

O "Diário de Lisboa" é um jornal dependente: depende do capital bancário nacionalizado e da política do funcionário ou político que o administra e condiciona os créditos que permitem o funcionamento da empresa.

É falso que o jornal tenha "54 anos de actividade democrática e independente": jornal burguês liberal, durante o fascismo muitas vezes com ele pactuou, por tática, complacência ou imposição consentida; o golpe final acorreu-o a um bando de oportunistas, hoje saneados, e à banca monopolista, hoje nacionalizada.

É falso que o jornal seja "apertado": depois de Maio de 1974, é evidente para todos os leitores que a orientação informativa do jornal, ressalvando a aparência de um pluralismo que funciona como alibi e não como princípio, reflecte os interesses e opiniões do feixe de forças políticas afectas, ao s partidos reformistas, em especial o Partido Comunista Português, aplicando objectivamente, na paginação, nos títulos, nos artigos opinativos e nos assuntos noticiosos escolhidos, a concepção do mundo e das coisas que é a da burocracia dominante.

O jornal defende, desde ontem, um "pluralismo revolucionário em todas as suas expressões significativas". É esta a norma fundamental do Estatuto, porque deixa ao arbítrio e ao interesse de quem manda a especificação, caso a caso, linha a linha, do critério do que é revolucionário e do que é "contra-revolucionário", e talvez "objectivamente aliado à reacção". Pior: a escolha do que é "expressão significativa" e do que será reduzido à insignificância.

Um partido sem deputados,

um movimento apertado ou uma luta de 30 trabalhadores pelas 40 horas poderão ser "insignificativos", "contra-revolucionários" e expulsos das colunas: os leitores não saberão deles, talvez para que no silêncio, na desinformação e na mentira completem a sua "formação cívica".

Mas só a verdade é revolucionária e nós queremos, aqui mes-

mo e apesar de tudo, lutar por ela, para a podermos dizer toda.

Aqui fica o aviso aos leitores: o "Estatuto Editorial" que viram não é o do jornal que lêem; e o jornal que lêem não é o de todos os jornalistas que o fazem, pressionados, censurados, marginalizados como os que a seguir se assinam (que outros estão ausentes ou presos)".

O MEDO: UMA ARMA DE COBARDE

Quando não têm do seu lado a razão, mas julgam ter a força, os cobardes utilizam como último argumento a intimidação. A sua arma é o medo. Mas essa força muitas vezes não seria força e essa arma não seria arma, se os que se intimidam, por se julgarem fracos, tomassem consciência da força que realmente têm. A razão e o número são forças igualmente poderosas.

Mal vai a sociedade onde o medo se institucionaliza, a abrir caminho a manobras inconfessáveis, a ambições de poder, a todas as formas de domínio e de exploração.

Nós, portugueses, sabemos bem o que é o medo. O medo é a febre das ditaduras — a febre que nos consumiu, durante meio século, em casa, nas escolas, no trabalho, nas acções clandestinas de resistência.

Essa febre não conseguiu, no entanto, dominar o povo português. O 25 de Abril foi sobretudo uma vitória sobre o medo — vitória radical, nos eufóricos dias da Primavera de 74, mas que nos momentos que passam se verifica já ter sido efémera. Há hoje gente que utiliza a arma do medo em Portugal. E não são os antigos torcedores e denunciadores da P.I.D.E., nem os capitalistas exploradores, nem os que de qualquer forma colheram os frutos do

privilegio fascista, quem tem medo. São trabalhadores que nada ficaram a dever à ditadura fascista, além da exploração e dos vexames de que foram vítimas, e que se julgavam finalmente chegados a uma sociedade livre, que hoje têm medo em Portugal — medo de saneamentos infundados, de depurações injustas, de perseguições inexplicáveis.

E quem esgrime neste momento, em Portugal, a cobarde arma do medo? Aparentemente, outros trabalhadores. Mais exactamente, as forças de choque de minorias activistas que querem contrariar a vontade claramente expressa pela grande maioria dos portugueses, que disse e continua a dizer não a qualquer espécie de ditadura.

Não é outra coisa que medo, a ameaça de afastamentos dos seus postos de trabalho, de muitos cidadãos independentes que se negam a acabar as palavras de ordem dessas minorias. Não foi outra coisa que medo a "consciencialização" que brigadas de gráficos afectos ao partido que domina o respectivo sindicato, levaram a várias tipografias, numa tentativa de boicote a este jornal.

Como podem esses cacos, usando tais argumentos, intitular-se defensores dos oprimidos?

O GRAVADOR CONFIRMA

A censura do "partido" encontra-se impune instalada nos órgãos de informação do "partido". Assim, se a causa que o sr. director defende e o defende é beneficiada, a notícia aparece, a três ou quatro colunas, na primeira página; se acontece o contrário, o telegrama é endereçado para o cesto dos papéis...

Prova irrefutável dos constantes atentados à informação séria e ao Povo português é o caso "Europeo", semanário que, há dias, inseriu uma entrevista com o secretário-geral do P.C.P., dr. Álvaro Cunhal. Dado o "interesse" das afirmações do sr. Cunhal, os tais diários do "partido" sonharam-nas, como já vem sendo hábito, aos leitores.

Nessa entrevista, registada por Orianna Fallaci e cujas passagens principais a "Reuter" fez chegar às Redacções dos jornais portugueses, Álvaro Cunhal afirmou nomeadamente:

"As eleições para mim não têm qualquer importância, nenhuma mesmo. Se pensa que a questão pode ser reduzida a percentagens de votos recebidos por um partido ou outro, está a enganar-se redondamente. Se pensa que o Partido Socialista, com os seus 4 por cento, e o Partido Popular Democrático, com os seus 27 por cento, compõem a maioria, está a cometer um erro. Eles não têm a maioria".

Cunhal diria mais que "A Assembleia Constituinte certamente que não será um órgão legislativo,

e certamente não será uma câmara de deputados". "Prometile — acrescentou — que em Portugal não haverá qualquer parlamento."

É claro que não vamos comentar aqui as declarações do sr. Cunhal, tão categóricas elas nos parecem. Vamos apenas dizer que, mais uma vez, a censura funcionou impecavelmente no seio dos diversos diários do "partido" e que o caso evoluiu.

Efectivamente, o Partido Comunista do sr. Álvaro Cunhal apressou-se a desmentir tais declarações, enquanto Orianna Fallaci, a jornalista do "Europeo", confirmou, ontem mesmo, "a exactidão do texto publicado".

"Confirmo, palavra por palavra, o texto do "Europeo" — declarou Orianna Fallaci, que precisou terem sido as declarações do secretário-geral do P.C.P. gravadas em fita magnética. "O sr. Cunhal poderá escutar as gravações para verificar a exactidão da tradução" — acrescentou.

Segundo a "Reuter", a jornalista italiana sublinhou também que o texto publicado não contém, "naturalmente", os "comentários" de Cunhal acerca do Partido Comunista Italiano. "Ele ria, troçava e acentuava as suas palavras com gestos que definirei como gestos de desprezo" — acentuou ela.

Em que ficamos? Na gravação do jornalista ou no desmentido do P.C.P.? É que... dar o dito por não dito é muito feio.

QUE É E A QUEM APROVEITA A AMBIGUIDADE REVOLUCIONÁRIA

E.V. Fonseca veio declarar publicamente, no jornal "O Século" do passado dia 6, que a pretexto da "vigilância revolucionária" se pratica na Informação, em Portugal, a Censura Prévía.

Dizia o "Século": "...falamos em Censura Prévía em vez de, frontalmente, dizerem que de facto, hoje, na Informação em Portugal, existe uma vigilância revolucionária, porque é em revolução que estamos vivendo e porque é de uma informação revolucionária que todo o profissional, hoje, se deve ocupar."

Note-se desde já que a intenção do autor do artigo não foi, de maneira nenhuma, a de fazer a denúncia de uma situação, nem tão pouco de proceder à verificação de um facto, mas, isso sim, servir a sua justificação. Mas como não há necessidade de justificar o que não existe, o facto foi comprovado por quem pretendia minimizá-lo. Pode dizer-se que a prática da Censura Prévía em grande número dos órgãos de Informação se assemelha cada vez mais ao "rabo escondido com gato de fora", tão evidente é...

O caso "República", que fez com que em plena Revolução se calasse uma voz que nem o fascismo se atreveu a silenciar, teve a utilidade de chamar a atenção da opinião pública para o que se passava no interior das Redacções, para a luta pelo controlo da informação, isto é para fazer virar um novo tipo de censura a nível interno. E se a "República" não voltar a fazer ouvir a sua voz tal como ela era, foi porque vingou no nosso País a tendência daqueles que, no estrangeiro, proclamam que Portugal tem as mais amplas liberdades, enquanto no plano interno tudo fazem para as limitar. Mais se a liberdade de imprensa é o barómetro de todas as outras liberdades, pode facilmente concluir-se o que significa para o povo português o retrocesso à Censura Prévía.

QUE CRITÉRIOS NA "VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA?"

Para aprofundar as intenções do autor do artigo, aceitamos a designação de "vigilância revolucionária" para a

censura prévía, que no tempo de Marcelo Caetano foi também eufemisticamente chamada de exame prévio.

A "vigilância revolucionária", nos órgãos de informação, será então um dos males necessários para o avanço da revolução. Mas vejamos: com que critério ou critérios é levada a cabo? Há linhas estritamente definidas? Ou a "vigilância" exercida terá os critérios do partido político dominante em cada órgão de informação?

Vivendo nós, e felizmente, uma revolução socialista, a "vigilância revolucionária" será, pois, de cariz socialista. Só que há vários tipos de socialismo. Será o espírito social-democrata a filtrar a informação conveniente à Revolução? É a "vigilância" exercida segundo a ideologia maoísta? Ou obedece às linhas programáticas do Partido Socialista? E se não é o socialismo do sr. Mário Soares que a "vigilância revolucionária" está empenhada em defender, será o socialismo do sr. Alvaro Cunhal? Ou melhor ainda: tratar-se-á do "socialismo do Povo", ultimamente apontado pelo M.F.A.? Só que ninguém sabe o que é o socialismo do Povo. A menos que seja o que o Povo escolheu através das eleições.

O DOMÍNIO DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO

E.V. Fonseca, que supomos tratar-se de Eduardo Valente da Fonseca, um dos camaradas comunistas que, nos últimos tempos, deixaram a "República" para ir reforçar posições noutros jornais, desvia do P.C.P. a responsabilidade da manipulação dos órgãos de informação. E tenta virar o feitiço contra o feiticeiro. Escreve: "Quando certas facções políticas falam, hoje, em altos brados e insistentemente, contra a existência da Censura Prévía nos órgãos da Informação e chamam que esta é dominada ou manipulada pelo Partido Comunista, estão a escamotear o problema essencial e a tentar, no fundo, eles próprios, o assenhorearem-se da Informação para a dirigir no sentido da sua ou suas ideologias".

Admitindo que alguém, que não o P.C., está a escamotear o problema e a tentar "assenhorear-se da Informação", isso só prova que esse alguém não domina os órgãos de Informação e não iliboa o P.C. desse domínio. O Fonseca vai, porém, mais longe e põe o P.C. a defender as linhas revolucionárias do M.F.A. (sem que isso signifique que o M.F.A. seja P.C., conforme ressalva), chegando a um ponto de identificação em que todos os que atacam o P.C., não pretendem atacar o P.C., mas o M.F.A., e só não o fazem porque "não têm a coragem de atacar frontalmente o M.F.A. e o Conselho de Revolução".

E desta forma, E. V. Fonseca pretende tornar intocável o P.C.

QUE TIPO DE SOCIALISMO?

Mas o problema não pode ser escamoteado assim. O problema não é de uma qualquer força política à conquista do controlo dos órgãos de Informação em oposição ao P.C. ou a outra facção. É muito mais grave, e isto já seria grave, se um só partido controlasse a informação deste país. O problema que levanta a censura prévía (perdão, a vigilância revolucionária) restabelecida nos órgãos de Informação é, por um lado, o do atentado às amplas liberdades restituídas ao Povo português no 25 de Abril — e que se pretende fazer crer que ainda existem — e, por outro, o da ambiguidade do momento revolucionário que vivemos.

A Revolução portuguesa está num impasse. A Revolução que fazemos foi publicamente definida pelo M.F.A. como socialista, mas não basta. É preciso dizer exactamente qual o tipo de socialismo para que caminhamos. O tipo de socialismo que o Povo escolheu através das eleições? E se não é — a minimização do resultado das eleições leva a crer que não é esse que está na mente de alguns dos responsáveis do M.F.A., — é preciso dizer qual é, é preciso assumir publicamente uma linha política que seja para cumprir, embora a curto prazo, a fim de que não volte a acontecer que as leis

revolucionárias sejam contestadas mal entrem em vigor.

O M.F.A. tem-se afirmado como o garante da vontade do Povo. O Povo deu-lhe um voto de confiança, ao acorrer em massa às urnas. Por muito que custe a determinados elementos, não se pode desiludir um Povo que iniciou agora a aprendizagem da participação. A Revolução está no princípio. Há um caminho vasto a percorrer, em que se podem ratificar escolhas ou rectificá-las. É preciso dar essa possibilidade ao Povo: o da escolha consciente através da apren-

dizagem. O dirigismo nas costas do Povo, contra a vontade do Povo pode fazer comprometer a Revolução e sobretudo, disso não temos dúvidas, vai retardar o processo da sua maioridade política, que pode levar à participação voluntária e colectiva na obra da reconstrução do país que todos queremos melhor e mais justo.

É neste contexto que se insere a liberdade de Informação, como uma das formas de o Povo poder realmente escolher aquilo que lhe convém.

ENTRE SOCIALISMO E LIBERDADE

"Entre socialismo e liberdade, não há hierarquia de urgências. Um não será atingido sem a outra..." — afirma C.F.D.T. — Confederação Francesa dos Trabalhadores — acerca do caso "República".

Esta referência surge numa análise à evolução do processo revolucionário português publicado na semana finda e em que aquela central sindical comenta que "a luta dos nossos camaradas portugueses pelo socialismo em liberdade diz-nos respeito".

A C.F.D.F. reafirma nesse documento o seu apoio a todos aqueles que, em Portugal, lutam de forma indissociável:

— pela socialização dos meios de produção e comercialização e, ao mesmo tempo, por um tipo de desenvolvimento industrial e agrícola planificado democraticamente;

— pela socialização do poder político, isto é, pela sua apropriação progressiva por todo o povo e pelas organizações que o povo escolheu para representá-lo. O M.F.A. desempenhou um papel determinante no derrube do fascismo... A sua missão histórica será plenamente cumprida à medida que ele se for apagando diante do processo de autodeterminação dos trabalhadores e dos cidadãos, para o qual ele contribui;

— pela socialização dos meios de informação e de formação... A vontade (foi) afirmada maciçamente, em Portugal, de lutar contra todo o regresso da censura ou do conformismo de opinião. O reaparecimento de "República" confirmá-lo-á... Entre socialismo e liberdade, não há hierarquia nas urgências. Um não será atingido sem a outra..."

